

SUMÁRIO

PREFÁCIO	33
-----------------------	-----------

NOTA À 9ª EDIÇÃO	37
-------------------------------	-----------

CAPÍTULO I LINHAS INTRODUTÓRIAS

1. Direito Processual Penal	39
1.1. Conceito e finalidade	39
1.2. Características	40
1.3. Posição enciclopédica	41
2. Entendendo o tema	41
2.1. Interesse	41
2.2. Pretensão	42
2.3. Lide	42
2.4. Ação	43
2.5. Processo	44
2.5.1. Procedimento (aspecto objetivo do processo)	44
2.5.2. Relação jurídica processual (aspecto subjetivo do processo)	44
3. Sistemas processuais	45
3.1. Sistema inquisitivo	46
3.2. Sistema acusatório	47
3.3. Sistema misto ou acusatório formal	48
4. Fontes	49
4.1. Conceito	49
4.2. Classificação	49
5. Analogia	51
5.1. Conceito	51
5.2. Espécies	51
6. Interpretação da Lei Processual	52
6.1. Quanto à origem ou ao sujeito que a realiza	53
6.2. Quanto ao modo ou aos meios empregados	54
6.3. Quanto ao resultado	54
7. A Lei Processual Penal no Tempo	55
7.1. Retroatividade pro réu	57
8. A Lei Processual Penal no Espaço	57
9. Princípios processuais Penais	60
9.1. Princípio da presunção de inocência ou da não-culpabilidade	60
9.2. Princípio da imparcialidade do juiz	62
9.3. Princípio da igualdade processual	63
9.4. Princípio do contraditório ou bilateralidade da audiência	64

9.5.	Princípio da ampla defesa	65
9.6.	Princípio da ação, demanda ou iniciativa das partes.....	66
9.7.	Princípio da oficialidade	66
9.8.	Princípio da oficiosidade	67
9.9.	Princípio da verdade real.....	67
9.10.	Princípio da obrigatoriedade.....	68
9.11.	Princípio da indisponibilidade	69
9.12.	Princípio do impulso oficial	69
9.13.	Princípio da motivação das decisões	70
9.14.	Princípio da publicidade	70
9.15.	Princípio do duplo grau de jurisdição	72
9.16.	Princípio do juiz natural.....	72
9.17.	Princípio do promotor natural ou do promotor legal.....	73
9.18.	Princípio do defensor natural	74
9.19.	Princípio do devido processo legal	75
9.20.	Princípio do favor rei ou favor réu.....	76
9.21.	Princípio da economia processual.....	76
9.22.	Princípio da oralidade.....	77
9.23.	Princípio da autoritariedade.....	78
9.24.	Princípio da duração razoável do processo penal.....	78
9.25.	Princípio da proporcionalidade	82
9.26.	Princípio da inexigibilidade de autoincriminação.....	84
10.	Quadro Sinótico	86
11.	Súmulas Aplicáveis.....	92
11.1.	STJ.....	92
11.2.	STF	92
12.	Informativos recentes.....	93
12.1.	STJ.....	93
12.2.	STF	96
13.	Questões de concursos públicos.....	99
14.	Gabarito Anotado	101
15.	Questões para treinar (sem comentários).....	103
16.	Gabarito.....	106

CAPÍTULO II

INQUÉRITO POLICIAL

1.	A perseguição criminal.....	107
2.	Polícia Judiciária e Polícia Administrativa	108
2.1.	Polícia administrativa ou de segurança	108
2.2.	Polícia judiciária.....	108
3.	Conceito e Finalidade do Inquérito Policial	109
3.1.	Natureza jurídica do inquérito.....	110
4.	Inquéritos não policiais.....	110
5.	Características do Inquérito Policial.....	116
5.1.	Discrecionabilidade.....	116
5.2.	Escrito.....	117
5.3.	Sigiloso	117
5.4.	Oficialidade.....	119
5.5.	Oficiosidade.....	120

5.6.	Indisponibilidade	120
5.7.	Inquisitivo	120
5.8.	Autoritariedade	122
5.9.	Dispensabilidade	123
6.	Competência (atribuição)	123
6.1.	Crítério territorial	124
6.2.	Crítério material	124
6.3.	Crítério em razão da pessoa	125
7.	Prazos	125
7.1.	Regra geral.....	125
7.2.	Prazos especiais.....	126
7.3.	Contagem do prazo	127
7.4.	Controle dos prazos e o sistema de acompanhamento inaugurado pela Lei nº 12.714/2012	127
8.	Valor probatório	128
9.	Vícios	131
10.	Notitia criminis (notícia do crime)	132
10.1.	Conceito	132
10.2.	Espécies	132
11.	Peças inaugurais do inquérito policial	134
12.	Incomunicabilidade	135
13.	Providências.....	136
13.1.	Reprodução simulada dos fatos	143
13.2.	Indiciamento	144
14.	Encerramento	152
14.1.	Crimes de ação penal pública.....	153
14.2.	Crimes de ação penal privada	174
15.	Considerações finais	174
15.1.	Termo circunstanciado	174
15.2.	Controle externo da atividade policial.....	175
16.	Quadro Sinótico	175
17.	Súmulas aplicáveis	180
17.1.	STJ.....	180
17.2.	STF	180
18.	Informativos recentes.....	181
18.1.	STJ.....	181
18.2.	STF	182
19.	Questões de concursos públicos.....	185
20.	Gabarito Anotado	188
21.	Questões para treinar (sem comentários)	189
22.	Gabarito	192

CAPÍTULO III

AÇÃO PENAL

1.	Conceito.....	193
2.	Características.....	194
2.1.	Localização no ordenamento jurídico.....	195
3.	Condições da ação	195
3.1.	Conceito	195

3.2.	Oportunidade para verificação das condições da ação	203
4.	Classificação das ações	204
4.1.	Ação penal pública incondicionada	205
4.1.1.	Conceito e titularidade	205
4.1.2.	Princípios informadores.....	206
4.2.	Ação pública condicionada.....	211
4.2.1.	Conceito e considerações	211
5.	Ação penal privada	218
5.1.	Conceito e considerações.....	218
5.2.	Titularidade	219
5.3.	Princípios.....	219
5.4.	Espécies de ação penal privada.....	225
5.5.	Custas e honorários advocatícios	228
6.	Questões complementares.....	228
6.1.	Ação de prevenção penal	228
6.2.	Ação penal ex officio	228
6.3.	Ação penal pública subsidiária da pública.....	229
6.4.	Ação penal popular	229
6.5.	Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual.....	230
6.5.1.	Direito intertemporal.....	232
6.6.	Ação penal nos crimes contra a honra de funcionário público	233
6.7.	Ação penal secundária	234
6.8.	Ação penal adesiva.....	234
6.9.	Ação penal na injúria por preconceito	235
6.10.	Ação penal extensiva.....	236
6.11.	Ação penal de segundo grau	236
7.	Inicial acusatória.....	236
7.1.	Conceito	236
7.2.	Requisitos formais	236
7.3.	Prazos para oferta da denúncia.....	241
7.3.1.	Prazos especiais para oferta da denúncia.....	241
7.3.2.	Início da contagem do prazo e o seu encerramento.....	242
7.3.3.	Desatendimento do prazo	243
7.4.	Prazos para oferta da queixa-crime.....	243
7.4.1.	Prazos especiais.....	244
7.5.	Aditamento da queixa	244
7.6.	Rejeição da denúncia ou queixa	245
7.6.1.	Repropositura da ação.....	247
7.6.2.	Rejeição X não recebimento	247
7.6.3.	Rejeição parcial.....	248
7.6.4.	Recurso para combater a rejeição	248
7.6.5.	Fundamentação do recebimento e recebimento tácito	248
8.	Quadro Sinótico	250
9.	Súmulas aplicáveis.....	257
9.1.	STJ.....	257
9.2.	STF.....	257
10.	Informativos recentes.....	257
10.1.	STJ.....	257
10.2.	STF	259
11.	Questões de concursos públicos.....	261

12. Gabarito Anotado	263
13. Questões para treinar (sem comentários)	264
14. Gabarito	267

CAPÍTULO IV AÇÃO CIVIL EX DELICTO

1. Considerações iniciais	269
2. Legitimidade ativa e passiva	271
3. Competência na ação reparatória	273
4. Sistemas processuais	274
5. Suspensão da demanda civil	276
5.1. Regime legal da suspensão	277
6. Execução da sentença condenatória penal	277
7. Sentença absolutória e subordinação temática	278
8. Efeitos civis de outras sentenças e decisões penais	283
8.1. Decisão de arquivamento do inquérito policial	283
8.2. Decisão que julgar extinta a punibilidade	284
8.3. Sentença absolutória imprópria	287
8.4. Sentença absolutória prolatada pelo Júri Popular	287
8.5. Sentença homologatória de transação penal	287
9. Revisão criminal e ação rescisória	288
10. Prazo prescricional	288
11. Quadro Sinótico	289
12. Súmulas Aplicáveis	291
12.1. STJ	291
13. Informativos recentes	291
13.1. STJ	291
13.2. STF	292
14. Questões de concursos públicos	293
15. Gabarito Anotado	295
16. Questões para treinar (sem comentários)	296
17. Gabarito	296

CAPÍTULO V JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA

1. Jurisdição	297
1.1. Conceito	297
1.1.1. Jurisdição típica: Poder Judiciário ou Justiça Ordinária	298
1.1.2. Jurisdição Atípica: Justiça Extraordinária ou Justiça Política	299
1.2. Princípios	300
1.2.1. Investidura	300
1.2.2. Indelegabilidade	301
1.2.3. Juiz natural	302
1.2.4. Inafastabilidade	304
1.2.5. Inevitabilidade ou irrecusabilidade	304
1.2.6. Correlação ou relatividade	304
1.2.7. Devido processo legal	309
1.3. Características	309

1.3.1.	Inércia	309
1.3.2.	Substitutividade	310
1.3.3.	Lide	310
1.3.4.	Atuação do direito	311
1.3.5.	Imutabilidade.....	311
2.	Competência.....	312
2.1.	Conceito	312
2.2.	Critérios.....	312
2.2.1.	Competência material	312
2.2.2.	Competência funcional.....	313
2.3.	Competência racione materiae.....	314
2.3.1.	Justiça comum estadual.....	314
2.3.2.	Justiça comum federal	315
2.3.3.	Competência da justiça especializada militar	331
2.3.4.	Competência da justiça especializada eleitoral	335
2.4.	Competência racione loci	335
2.4.1.	Domicílio ou residência do réu	339
2.4.2.	Crítério subsidiário.....	339
2.4.3.	Crimes praticados a bordo de navios ou aeronaves	340
2.4.4.	Crimes praticados no exterior.....	341
2.4.5.	Súmulas aplicadas.....	342
2.5.	Competência pela natureza da infração.....	342
2.6.	Colegiado de primeiro grau de jurisdição: lei nº 12.694/2012.....	342
2.6.1.	Considerações gerais	342
2.6.2.	Objetivos da instituição de colegiado no âmbito do juízo de primeiro grau	344
2.6.3.	Procedimento para formação de colegiado de primeiro grau	345
2.6.4.	Interpretação conforme a Constituição: princípio do juiz natural	352
2.6.5.	Interpretação conforme a Constituição: vedação de menção a voto divergente	352
2.7.	Competência racione personae ou racione funcionae.....	353
2.7.1.	Prerrogativa de função e manutenção do cargo ou mandato	356
2.7.1.1.	Antes do exercício de função com prerrogativa de foro ou regra da atualidade	358
2.7.1.2.	Durante o exercício de função com prerrogativa de foro ou regra da contemporaneidade	358
2.7.1.3.	Após o exercício da função com prerrogativa de foro	358
2.7.2.	Prerrogativa X tribunal do júri	359
2.7.3.	Prerrogativa funcional dos prefeitos.....	359
2.7.4.	Foro privilegiado e deslocamento	359
2.7.5.	Prerrogativa de função: crime de responsabilidade x improbidade administrativa	360
2.7.6.	Prerrogativa de função e indiciamento.....	361
2.7.7.	Duplo grau de jurisdição x cessação da prerrogativa de função.....	361
2.7.8.	Prerrogativa de função fixada na Constituição Estadual e princípio da simetria ou do paralelismo	362
2.7.9.	Prerrogativa de função e exceção da verdade	363
2.8.	Competência absoluta X relativa	364
2.9.	Prevenção.....	367
2.10.	Distribuição	368

2.11.	Conexão e continência	368
2.11.1.	Conexão	369
2.11.2.	Continência	370
2.12.	Foro prevalente	370
2.13.	Separação de processos	374
2.13.1.	Separação obrigatória	374
2.13.2.	Separação facultativa	376
2.14.	Perpetuatio jurisdictionis	376
2.14.1.	Surgimento de nova vara	378
2.15.	Prorrogação de competência	379
2.15.1.	Noção	379
2.15.2.	Prorrogação necessária	379
2.15.3.	Prorrogação facultativa	380
3.	Quadro Sinótico	380
4.	Súmulas aplicáveis	390
4.1.	STJ	390
4.2.	STF	391
5.	Informativos recentes	392
5.1.	STJ	392
5.2.	STF	397
6.	Questões de concursos públicos	402
7.	Gabarito Anotado	406
8.	Questões para treinar (sem comentários)	408
9.	Gabarito	411

CAPÍTULO VI

QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES

1.	Considerações iniciais	413
2.	Questões prejudiciais	415
2.1.	Classificação	416
2.1.1.	Prejudicial homogênea e heterogênea	416
2.1.2.	Prejudicial obrigatória e facultativa	417
2.1.3.	Prejudicial total e parcial	418
2.1.4.	Prejudicial devolutiva e não devolutiva (princípio da suficiência)	418
2.2.	Natureza jurídica e características	419
2.2.1.	Natureza Jurídica	419
2.2.2.	Características	420
2.3.	Sistemas de solução	421
2.4.	Processamento da prejudicial obrigatória e da facultativa	421
2.4.1.	Pressupostos	421
2.4.1.1.	Para o reconhecimento de prejudicial obrigatória (devolutiva absoluta, heterogênea referente ao estado civil das pessoas – art. 92, CPP)	421
2.4.1.2.	Para o reconhecimento de prejudicial facultativa (devolutiva relativa, heterogênea diversa do estado civil das pessoas – art. 93, CPP)	424
2.4.2.	Procedimento	425
2.4.2.1.	Em razão de prejudicial obrigatória (devolutiva absoluta, heterogênea referente ao estado civil das pessoas)	425

2.4.2.2.	Em razão do reconhecimento de prejudicial facultativa (devolutiva relativa, heterogênea diversa do estado civil das pessoas)	426
2.5.	Recursos	427
2.6.	Prescrição	427
3.	Exceções	427
3.1.	Conceito	427
3.2.	As espécies de exceções e seus processamentos	430
3.2.1.	Exceção de suspeição	430
3.2.2.	Exceção de incompetência	433
3.2.3.	Exceção de litispendência	434
3.2.4.	Exceção de ilegitimidade de parte	434
3.2.5.	Exceção de coisa julgada (exceptio rei judicatae)	435
4.	Incompatibilidades e impedimentos	437
4.1.	Processamento	438
4.2.	Efeitos	439
4.3.	Recursos	439
5.	Conflito de jurisdição	439
5.1.	Espécies e competência	440
5.2.	Processamento	442
5.3.	Recursos	442
6.	Conflito de atribuições	442
6.1.	Competência para dirimir o conflito	443
6.2.	Processamento	444
7.	Restituição de coisas apreendidas	444
7.1.	Introdução	444
7.2.	Autoridade restituinte	445
7.3.	Confisco	445
7.4.	Procedimento da restituição	445
7.5.	Recurso	446
8.	Medidas assecuratórias	446
8.1.	Sequestro de bens imóveis	453
8.1.1.	Cabimento	453
8.1.2.	Embargos	454
8.1.3.	Recurso	454
8.1.4.	Levantamento	454
8.1.5.	Destinação ao final do processo	454
8.2.	Sequestro de bens móveis	454
8.2.1.	Cabimento	455
8.2.2.	Embargos	455
8.2.3.	Recurso	455
8.2.4.	Levantamento	455
8.2.5.	Destinação ao final do processo	455
8.3.	Hipoteca legal	455
8.3.1.	Cabimento	455
8.3.2.	Embargos	456
8.3.3.	Procedimento	456
8.3.4.	Recurso	456
8.3.5.	Levantamento	457
8.3.6.	Destinação ao final do processo	457

8.4.	Arresto de bens móveis (antigo sequestro definitivo).....	457
8.4.1.	Cabimento	457
8.4.2.	Embargos	458
8.4.3.	Procedimento	458
8.4.4.	Recurso	458
8.4.5.	Levantamento.....	458
8.4.6.	Destinação ao final do processo	458
8.5.	Arresto de imóveis (antigo sequestro prévio)	459
8.5.1.	Cabimento	459
8.5.2.	Embargos.....	459
8.5.3.	Recurso	460
9.	Incidente de falsidade.....	461
9.1.	Introdução	461
9.2.	Espécies	462
9.3.	Legitimidade.....	462
9.4.	Procedimento do incidente	462
9.5.	Efeitos.....	464
9.6.	Recurso.....	464
10.	Incidente de insanidade mental	464
10.1.	Introdução	464
10.2.	Procedimento	465
10.3.	Sequência	465
10.4.	Recurso.....	466
10.5.	Insanidade que se manifesta no cumprimento da pena	466
10.6.	Insanidade superveniente	467
11.	Ação civil de confisco (civil for feiture actions).....	467
11.1.	Noção	467
11.2.	Distinções	467
11.3.	Finalidade	468
11.4.	Perdimento de bens segundo o direito brasileiro	468
11.5.	Necessidade de criação de ação civil de confisco com objeto amplo	469
11.6.	Existência de ação confiscatória no direito brasileiro restrita aos delitos de entorpecentes	469
12.	Quadro Sinótico	469
13.	Súmulas Aplicáveis.....	482
13.1.	STJ.....	482
13.2.	STF	482
14.	Informativos recentes.....	482
14.1.	STJ.....	482
14.2.	STF	483
15.	Questões de concursos públicos.....	485
16.	Gabarito Anotado	489
17.	Questões para treinar (sem comentários).....	490
18.	Gabarito.....	493

CAPÍTULO VII

PROVA

1.	Teoria Geral da Prova.....	496
1.1.	Conceito e finalidade.....	496

1.2.	Destinatários	498
1.3.	Natureza jurídica	499
1.4.	Objeto.....	499
1.5.	Classificação da prova.....	501
1.5.1.	Quanto ao objeto.....	501
1.5.2.	Quanto ao efeito ou valor.....	501
1.5.3.	Quanto ao sujeito ou causa	501
1.5.4.	Quanto à forma ou aparência.....	501
1.5.5.	Quanto à possibilidade de renovação em juízo	502
1.5.6.	Quanto ao momento procedimental	502
1.5.7.	Quanto à previsão legal	503
1.5.8.	Quanto à finalidade da prova	503
1.6.	Meios de prova.....	504
1.7.	Vedação probatória.....	506
1.8.	Teorias sobre o tema “provas ilícitas”	509
1.8.1.	Teoria dos frutos da árvore envenenada (fruits of the poisonous tree), teoria da ilicitude por derivação ou “taint doctrine”	509
1.8.1.1.	Teorias decorrentes	510
1.8.2.	Princípio da proporcionalidade ou razoabilidade	515
1.8.3.	Teoria da exclusão da ilicitude da prova	518
1.8.4.	Princípio da serendipidade	518
1.8.5.	Inutilização da prova ilícita	521
1.9.	Prova emprestada	522
1.10.	Ônus da prova	525
1.10.1.	Classificação do ônus da prova	526
1.10.1.1.	Quanto à consequência da omissão em se desincumbir do ônus.....	526
1.10.1.2.	Quanto ao destinatário do ônus.....	526
1.10.2.	Inversão do ônus da prova.....	528
1.11.	Iniciativa do juiz.....	530
1.12.	Sistemas de apreciação da prova	532
1.12.1.	Sistema da certeza moral do juiz ou íntima convicção ou “secunda conscientia”	532
1.12.2.	Sistema da certeza moral do legislador, das regras legais ou da prova tarifada	532
1.12.3.	Sistema do livre convencimento motivado ou persuasão racional.....	533
1.13.	Princípios da prova	534
1.13.1.	Princípio da autorresponsabilidade das partes	534
1.13.2.	Princípio da audiência contraditória.....	534
1.13.3.	Princípio da aquisição ou comunhão.....	535
1.13.4.	Princípio da oralidade	535
1.13.5.	Princípio da publicidade	535
1.13.6.	Princípio do livre convencimento motivado	536
1.14.	Procedimento probatório.....	536
2.	Provas em espécie	537
2.1.	Exames periciais	537
2.1.1.	Considerações gerais	537
2.1.1.1.	Assistente técnico.....	539
2.1.2.	Realização das perícias	540
2.1.3.	Apreciação dos laudos periciais.....	541
2.1.4.	Exame de corpo de delito	542

2.1.5.	Necessidade do laudo.....	543
2.1.6.	Outras perícias.....	544
2.1.6.1.	Exame necroscópico.....	544
2.1.6.2.	Exame de lesões corporais.....	545
2.1.6.3.	Perícia em incêndio.....	546
2.1.6.4.	Perícia laboratorial.....	546
2.1.6.5.	Exame grafotécnico.....	547
2.1.6.6.	Exame nos instrumentos da infração.....	548
2.1.6.7.	Exame na destruição ou rompimento de obstáculo e na escalada.....	548
2.1.6.8.	Avaliação.....	549
2.1.6.9.	Exame de embriaguez ao volante.....	549
2.2.	Interrogatório do acusado.....	552
2.2.1.	Conceito e natureza jurídica.....	552
2.2.2.	Necessidade e reinterrogatório.....	553
2.2.3.	Formalidades do interrogatório.....	554
2.2.4.	Procedimento.....	558
2.2.4.1.	Preliminares.....	558
2.2.4.2.	Conteúdo.....	559
2.2.4.3.	Formalidades.....	561
2.2.4.4.	Interrogatório do réu menor de vinte e um anos.....	562
2.2.4.5.	Compatibilidade com o inquérito policial.....	562
2.2.4.6.	Interrogatório por videoconferência.....	563
2.3.	Confissão.....	565
2.3.1.	Conceito e objeto.....	565
2.3.2.	Natureza jurídica.....	565
2.3.3.	Espécies.....	566
2.3.4.	Requisitos.....	567
2.3.5.	Peculiaridades.....	567
2.3.6.	Valor probatório.....	568
2.3.7.	Delação e delação premiada.....	568
2.4.	Perguntas ao ofendido.....	573
2.4.1.	Considerações gerais: conceito e natureza.....	573
2.4.2.	Repercussões processuais.....	573
2.4.3.	Valor probatório das declarações do ofendido.....	574
2.4.4.	Prerrogativas do ofendido.....	575
2.5.	Testemunhas.....	576
2.5.1.	Conceito e natureza.....	576
2.5.2.	Características da prova testemunhal.....	576
2.5.3.	Recusa e impedimento.....	577
2.5.4.	Demais vedações.....	579
2.5.5.	Deveres da testemunha.....	579
2.5.6.	Número de testemunhas.....	580
2.5.7.	Classificação.....	580
2.5.7.1.	Testemunha anônima.....	581
2.5.7.2.	Testemunhas ausentes.....	582
2.5.8.	Lugar do depoimento, precatória e videoconferência.....	583
2.5.9.	Testemunho dos militares e funcionários públicos.....	584
2.5.10.	Procedimento para tomar o depoimento.....	584
2.5.11.	O depoimento.....	586
2.5.12.	Falso testemunho e prisão em flagrante.....	589

2.5.13.	Competência para julgamento do falso testemunho.....	591
2.5.14.	Proteção.....	591
2.5.15.	Valor Probatório.....	591
2.6.	Reconhecimento de pessoas e coisas.....	592
2.6.1.	Conceito e natureza jurídica	592
2.6.2.	Reconhecimento de pessoas	592
2.6.2.1.	Procedimento	592
2.6.2.2.	Intimidação.....	593
2.6.3.	Reconhecimento fotográfico e fonográfico	594
2.6.4.	Reconhecimento de coisas	594
2.7.	Acareação.....	594
2.7.1.	Conceito e natureza	594
2.7.2.	Pressupostos.....	594
2.7.3.	Procedimento	595
2.7.4.	Valor probatório	595
2.8.	Documentos	595
2.8.1.	Conceito.....	595
2.8.2.	Espécies	595
2.8.3.	Requisitos	596
2.8.4.	Produção.....	596
2.8.5.	Tradução	597
2.8.6.	Restituição	597
2.9.	Indícios e presunções	598
2.9.1.	Conceito.....	598
2.9.2.	Classificação.....	599
2.9.3.	Valor probatório	599
2.10.	Busca e apreensão.....	599
2.10.1.	Conceito e natureza jurídica	599
2.10.2.	Iniciativa.....	600
2.10.3.	Objeto	600
2.10.4.	Momento.....	602
2.10.5.	Espécies	602
2.10.5.1.	Busca domiciliar	602
2.10.5.2.	Busca pessoal	608
2.11.	Interceptação telefônica.....	609
2.11.1.	Noções fundamentais.....	609
2.11.1.1.	Interceptação telefônica	610
2.11.1.2.	Escuta telefônica	611
2.11.1.3.	Gravação telefônica	612
2.11.1.4.	Registro telefônico.....	613
2.11.1.5.	Interceptação ambiental	614
2.11.1.6.	Gravação ambiental.....	615
2.11.1.7.	Interceptação do fluxo de comunicações em sistemas de informática e de telemática.....	615
2.11.2.	Iniciativa.....	618
2.11.3.	Limites à interceptação de comunicações telefônicas.....	619
2.11.4.	Procedimento e requisitos ao deferimento da medida	621
2.11.5.	Prazo e renovação da interceptação telefônica	624
2.11.6.	Condução da interceptação e acompanhamento pelo Ministério Público.....	625
2.11.7.	Transcrição da gravação e auto circunstanciado.....	626
2.11.8.	Encontro fortuito de provas ou “serendipidade”.....	627

2.11.9. Inutilização de gravação.....	628
2.11.10. Proteção penal e administrativa.....	629
2.11.11. Problemas de direito intertemporal.....	629
3. Quadro Sinótico.....	631
4. Súmulas aplicáveis.....	652
4.1. STJ.....	652
4.2. STF.....	652
5. Informativos recentes.....	652
5.1. STJ.....	652
5.2. STF.....	654
6. Questões de concursos públicos.....	659
7. Gabarito Anotado.....	663
8. Questões para treinar (sem comentários).....	665
9. Gabarito.....	668

CAPÍTULO VIII SUJEITOS NO PROCESSO PENAL

1. A relação processual penal.....	669
2. Órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público.....	670
2.1. Juiz.....	670
2.2. Ministério Público.....	671
2.2.1. Considerações gerais.....	671
2.2.2. Organização e atuação.....	673
2.2.3. Impedimento e suspeição do representante do Ministério Público.....	674
2.2.4. Princípios atinentes ao Ministério Público.....	674
2.3. Funcionários do Poder Judiciário.....	675
2.4. Auxiliares do juízo.....	676
3. Acusado e defensor.....	678
4. Querelante.....	681
5. Assistente do Ministério Público.....	681
6. Assistente da defesa.....	685
7. Quadro Sinótico.....	685
8. Súmulas aplicáveis.....	687
8.1. STF.....	687
8.2. STJ.....	687
9. Informativos recentes.....	688
9.1. STJ.....	688
9.2. STF.....	689
10. Questões de concursos públicos.....	693
11. Gabarito Anotado.....	696
12. Questões para treinar (sem comentários).....	697
13. Gabarito.....	699

CAPÍTULO IX PRISÕES

1. Conceito.....	701
2. Formalidades e execução.....	703
2.1. Mandado de prisão.....	703

2.2.	Restrição de horário e inviolabilidade domiciliar	704
2.3.	Prisão em perseguição	705
2.4.	Prisão em território diverso da atuação judicial.....	706
2.5.	Prisão especial.....	708
2.6.	Emprego de força e uso de algemas.....	709
2.7.	Regime disciplinar diferenciado (RDD).....	712
3.	Prisão em flagrante.....	714
3.1.	Conceito	714
3.2.	Espécies de flagrante.....	715
3.2.1.	Flagrante próprio (propriamente dito, real ou verdadeiro).....	715
3.2.2.	Flagrante impróprio (irreal ou quase flagrante)	716
3.2.3.	Flagrante presumido (ficto ou assimilado)	716
3.2.4.	Flagrante compulsório ou obrigatório	716
3.2.5.	Flagrante facultativo	716
3.2.6.	Flagrante esperado	717
3.2.7.	Flagrante preparado ou provocado	717
3.2.8.	Flagrante prorrogado (retardado, postergado, diferido, estratégico ou ação controlada).....	719
3.2.9.	Flagrante forjado	720
3.2.10.	Flagrante por apresentação	720
4.	Flagrante nas várias espécies de crime.....	722
4.1.	Crime permanente	722
4.2.	Crime habitual.....	722
4.3.	Crime de ação penal privada e pública condicionada	723
4.4.	Crime continuado.....	723
4.5.	Infração de menor potencial ofensivo.....	723
5.	Sujeitos do flagrante	725
5.1.	Sujeito ativo.....	725
5.2.	Sujeito passivo.....	725
5.3.	Autoridade competente	726
6.	Procedimentos e formalidades.....	727
6.1.	Nota de culpa	730
6.2.	Remessa à autoridade	730
7.	Prisão preventiva	732
7.1.	Conceito	732
7.2.	Pressupostos	732
7.3.	As hipóteses de decretação.....	732
7.4.	Infrações que comportam a medida	736
7.5.	Decretação e sistema recursal.....	739
7.6.	Fundamentação.....	741
7.7.	Revogação	742
7.8.	Apresentação espontânea.....	743
7.9.	Preventiva X excludentes de ilicitude	743
8.	Prisão temporária	744
8.1.	Conceito	744
8.2.	Decretação	745
8.3.	Cabimento.....	745
8.3.1.	Imprescindibilidade para as investigações do inquérito policial (inciso I).....	746
8.3.2.	Indiciado não tem residência fixa ou não fornece elementos para sua identificação (inciso II).....	747

8.3.3.	Quando houver fundadas razões, de acordo com qualquer prova admitida na legislação penal, de autoria ou participação do indiciado nos seguintes crimes relacionados (inciso III).....	747
8.4.	Prazos	750
8.4.1.	Regra geral (art. 2º da Lei nº 7.960/1989)	750
8.4.2.	Crimes hediondos e assemelhados	750
8.5.	Procedimento	751
9.	Prisão decorrente da decisão de pronúncia	752
10.	Prisão decorrente de sentença condenatória recorrível	754
11.	Prisão domiciliar	756
12.	Prisão administrativa	757
13.	Prisão civil	759
14.	Prisão para averiguações	760
15.	“Difusões vermelhas” (red notices) e a prisão para fins de extradição – Lei nº 12.878/2013	760
15.1.	Difusão vermelha e a prisão para fins de extradição.....	761
15.1.1.	Difusão vermelha ordenada por autoridade judiciária brasileira	761
15.1.2.	Difusão vermelha oriunda de outro país (autoridade judiciária ou administrativa de Estado-membro estrangeiro) e prisão cautelar para fins de extradição	762
16.	Quadro Sinótico	764
17.	Súmulas aplicáveis	775
17.1.	STJ.....	775
17.2.	STF	775
18.	Informativos recentes	775
18.1.	STJ.....	775
18.2.	STF	778
19.	Questões de concursos públicos.....	780
20.	Gabarito Anotado	784
21.	Questões para treinar (sem comentários)	785
22.	Gabarito	787

CAPÍTULO X

LIBERDADE PROVISÓRIA E OUTRAS MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO

1.	Conceito.....	789
2.	Espécies	791
2.1.	Liberdade provisória obrigatória	791
2.2.	Liberdade provisória permitida	792
2.3.	Liberdade provisória vedada	792
3.	Liberdade provisória sem fiança.....	793
3.1.	Liberdade provisória sem fiança e sem vinculação	793
3.2.	Liberdade provisória sem fiança e com vinculação	795
3.2.1.	Restrições	797
3.2.2.	Fundamentação	800
3.2.3.	Outras hipóteses de cabimento.....	801
3.2.4.	Sistema recursal.....	802
4.	Liberdade provisória mediante fiança	802
4.1.	Fiança X liberdade provisória mediante fiança.....	802
4.2.	Objetivos da fiança	803

4.3.	Valor da fiança	803
4.3.1.	Demais critérios para o arbitramento.....	804
4.4.	Modalidades de fiança	805
4.5.	Obrigações do afiançado	806
4.6.	Vedações legais	806
4.6.1.	Vedações do art. 323, CPP	809
4.6.2.	Vedações do art. 324, CPP	810
4.6.3.	Demais vedações	811
4.7.	Quebra da fiança	812
4.8.	Perda da fiança	813
4.9.	Cassação da fiança.....	813
4.10.	Reforço da fiança	814
4.11.	Dispensa da fiança.....	814
4.12.	Procedimento	815
4.13.	Execução.....	816
5.	Outras medidas cautelares diversas da prisão	816
5.1.	Considerações gerais	816
5.1.1.	Bipolaridade das medidas cautelares e poder geral de cautela no processo penal.....	817
5.2.	Momento e legitimidade	818
5.3.	Requisitos	819
5.4.	Cautelares em espécie.....	819
6.	Quadro Sinótico	824
7.	Súmulas aplicáveis	831
7.1.	STJ.....	831
7.2.	STF.....	831
8.	Informativos recentes	831
8.1.	STJ.....	831
8.2.	STF	832
9.	Questões de concursos públicos.....	834
10.	Gabarito Anotado	835
11.	Questões para treinar (sem comentários).....	837
12.	Gabarito	838

CAPÍTULO XI

ATOS DE COMUNICAÇÃO PROCESSUAL

1.	Formas de comunicação processual	839
2.	Citação	840
2.1.	Conceito	840
2.2.	Espécies	840
2.2.1.	Citação pessoal	841
2.2.2.	Citação por edital.....	843
2.2.3.	Citação por hora certa	846
3.	Intimação e notificação	847
4.	Revelia e suspensão do processo penal.....	850
5.	Informatização do processo judicial	853
6.	Quadro Sinótico	855
7.	Súmulas Aplicáveis.....	857
7.1.	STJ.....	857
7.2.	STF	857

8.	Informativos recentes.....	857
8.1.	STJ.....	857
8.2.	STF.....	859
9.	Questões de concursos públicos.....	860
10.	Gabarito Anotado.....	863
11.	Questões para treinar (sem comentários).....	864
12.	Gabarito.....	866

CAPÍTULO XII SENTENÇA

1.	Noção de sentença.....	867
1.1.	Introdução.....	867
1.2.	Outros atos judiciais.....	869
2.	Classificação das sentenças.....	869
2.1.	Natureza jurídica das sentenças.....	869
2.2.	Outras classificações.....	871
3.	Fundamentação e estrutura das sentenças.....	872
3.1.	Fundamentação <i>per relationem</i> ou aliunde.....	873
3.2.	Estruturação da sentença.....	873
3.2.1.	Emendatio libelli.....	875
3.2.2.	Mutatio libelli.....	877
4.	Sentenças em processo penal condenatório e seus efeitos.....	881
4.1.	Sentença condenatória.....	881
4.1.1.	Efeitos da sentença penal condenatória.....	885
4.1.2.	Efeito prodrômico da sentença penal condenatória ou non reformatio in pejus.....	889
4.1.3.	Técnica da sentença penal condenatória.....	891
4.2.	Sentença absolutória.....	893
4.3.	Sentença declaratória de extinção da punibilidade.....	896
4.4.	Publicação e intimação da sentença.....	897
5.	Coisa julgada e preclusão.....	899
6.	Quadro Sinótico.....	901
7.	Súmulas aplicáveis.....	908
7.1.	STF.....	908
7.2.	STJ.....	908
8.	Informativos recentes.....	908
8.1.	STJ.....	908
8.2.	STF.....	910
9.	Questões de concursos públicos.....	911
10.	Gabarito Anotado.....	914
11.	Questões para treinar (sem comentários).....	915
12.	Gabarito.....	918

CAPÍTULO XIII PROCEDIMENTOS

1.	Considerações Gerais.....	919
2.	Procedimento comum.....	920
2.1.	Procedimento comum ordinário (artigos 394 a 405, CPP).....	922

2.1.1.	Questões complementares.....	929
2.1.1.1.	Natureza jurídica e efeitos do recebimento da petição inicial.....	929
2.1.1.2.	Interrogatório: renovação e momento processual.....	929
2.1.1.3.	Testemunhas: número e método de inquirição.....	931
2.1.1.4.	Defesa preliminar.....	931
2.1.1.5.	Debates orais e sentença.....	932
2.1.1.6.	Tessitura principiológica.....	934
2.1.2.	Sequência.....	935
2.2.	Procedimento comum sumário (artigos 531 a 536, CPP).....	936
2.2.1.	Sequência.....	939
2.3.	Procedimento comum sumaríssimo (juizados especiais criminais).....	940
2.3.1.	Considerações iniciais.....	940
2.3.2.	Fase preliminar.....	942
2.3.3.	Audiência preliminar.....	942
2.3.4.	Procedimento sumaríssimo.....	946
3.	Procedimentos especiais.....	951
3.1.	Crimes afiançáveis imputados a funcionário público.....	952
3.1.1.	Peculiaridades do procedimento.....	954
3.1.2.	Sequência.....	955
3.2.	Crimes contra a honra.....	956
3.2.1.	Sequência.....	958
3.3.	Entorpecentes.....	958
3.3.1.	Sequência.....	964
3.4.	Procedimento especial para os crimes falimentares.....	965
3.5.	Outros procedimentos especiais.....	967
3.5.1.	Procedimento criminal da ação penal originária dos tribunais.....	967
3.5.2.	Procedimento para os crimes contra a propriedade imaterial.....	969
3.5.3.	Procedimento para a restauração de autos extraviados.....	972
4.	Procedimento especial dos crimes dolosos contra a vida.....	974
4.1.	Fundamentos do tribunal do júri.....	974
4.2.	Princípios reitores.....	975
4.3.	Características.....	977
4.4.	Rito especial do júri.....	978
4.4.1.	Judicium accusationis.....	978
4.4.1.1.	“Sentença” de pronúncia.....	981
4.4.1.2.	Impronúncia.....	988
4.4.1.3.	Despronúncia.....	989
4.5.	Sentença de absolvição sumária.....	989
4.6.	Decisão de desclassificação da infração penal contra a vida.....	992
4.7.	Rito especial do júri: judicium causae.....	995
4.8.	Libelo (revogado).....	996
4.9.	Contrariedade ao libelo (revogada).....	998
4.10.	Desaforamento.....	999
4.11.	Instalação da sessão do júri.....	1000
4.11.1.	Noção de sessão do júri.....	1000
4.11.2.	Alistamento dos jurados.....	1001
4.11.3.	Organização da pauta.....	1002
4.11.4.	Sorteio e convocação dos jurados.....	1002
4.11.5.	Função de jurado.....	1003
4.11.6.	Reunião e sessões do tribunal do júri.....	1004
4.12.	Formação do conselho de sentença.....	1007

4.13.	Atos instrutórios.....	1008
4.14.	Debates e poderes do juiz.....	1010
4.15.	Formulação dos quesitos e votação.....	1011
4.16.	Sentença e ata da sessão.....	1016
5.	Procedimento especial dos crimes militares.....	1017
6.	Quadro Sinótico.....	1023
7.	Súmulas Aplicáveis.....	1043
7.1.	STJ.....	1043
7.2.	STF.....	1043
8.	Informativos recentes.....	1044
8.1.	STJ.....	1044
8.2.	STF.....	1046
9.	Questões de concursos públicos.....	1049
10.	Gabarito Anotado.....	1052
11.	Questões para treinar (sem comentários).....	1053
12.	Gabarito.....	1056

CAPÍTULO XIV RECURSOS

1.	Teoria geral dos recursos.....	1057
1.1.	Conceito.....	1057
1.2.	Natureza jurídica.....	1058
1.3.	Fundamentos e o duplo grau de jurisdição.....	1059
1.4.	Princípios recursais.....	1060
1.5.	Impedimentos.....	1070
1.6.	Pressupostos de admissibilidade recursal.....	1071
1.6.1.	Pressupostos objetivos de admissibilidade recursal.....	1072
1.6.2.	Pressupostos subjetivos de admissibilidade recursal.....	1078
1.6.3.	Juízo de admissibilidade e competência recursal.....	1081
1.7.	Efeitos recursais.....	1083
1.8.	Extinção dos recursos.....	1087
2.	Recursos em espécie.....	1089
2.1.	Apelação.....	1089
2.1.1.	Noção.....	1089
2.1.2.	Interposição.....	1091
2.1.3.	Cabimento.....	1093
2.1.4.	Processamento.....	1097
2.1.5.	Julgamento.....	1101
2.2.	Recurso em sentido estrito.....	1104
2.2.1.	Noção.....	1104
2.2.2.	Interposição.....	1105
2.2.3.	Cabimento.....	1106
2.2.4.	Processamento.....	1111
2.2.5.	Julgamento.....	1114
2.3.	Carta testemunhável.....	1115
2.3.1.	Noção.....	1115
2.3.2.	Interposição.....	1116
2.3.3.	Cabimento.....	1118
2.3.4.	Processamento.....	1119
2.3.5.	Julgamento.....	1121

2.4.	Correição Parcial.....	1122
2.4.1.	Noção.....	1122
2.4.2.	Interposição.....	1123
2.4.3.	Cabimento.....	1123
2.4.4.	Processamento.....	1124
2.4.5.	Julgamento.....	1125
2.5.	“Embarguinhos” e embargos de declaração.....	1125
2.5.1.	Noção.....	1125
2.5.2.	Interposição.....	1126
2.5.3.	Cabimento.....	1126
2.5.4.	Processamento.....	1126
2.5.5.	Julgamento.....	1128
2.6.	Protesto por novo júri (revogado).....	1129
2.6.1.	Noção.....	1129
2.6.2.	Interposição.....	1131
2.6.3.	Cabimento.....	1131
2.6.4.	Processamento.....	1132
2.6.5.	Julgamento.....	1132
2.7.	Agravo regimental.....	1133
2.7.1.	Noção.....	1133
2.7.2.	Interposição.....	1133
2.7.3.	Cabimento.....	1134
2.7.4.	Processamento.....	1135
2.7.5.	Julgamento.....	1135
2.8.	Embargos infringentes e de nulidade.....	1136
2.8.1.	Noção.....	1136
2.8.2.	Interposição.....	1137
2.8.3.	Cabimento.....	1137
2.8.4.	Processamento.....	1139
2.8.5.	Julgamento.....	1140
2.9.	Recursos especial e extraordinário.....	1141
2.9.1.	Noção.....	1141
2.9.2.	Interposição.....	1141
2.9.3.	Cabimento.....	1142
2.9.4.	Processamento.....	1145
2.9.5.	Julgamento.....	1147
2.10.	Reclamação constitucional.....	1148
2.10.1.	Noção.....	1148
2.10.2.	Interposição.....	1149
2.10.3.	Cabimento.....	1149
2.10.4.	Processamento.....	1150
2.10.5.	Julgamento.....	1150
2.11.	Recurso ordinário constitucional.....	1151
2.11.1.	Noção.....	1151
2.11.2.	Interposição.....	1151
2.11.3.	Cabimento.....	1152
2.11.4.	Processamento.....	1153
2.11.5.	Julgamento.....	1155
2.12.	Agravo contra decisão denegatória de recurso especial ou de recurso extraordinário.....	1155
2.12.1.	Noção.....	1155

2.12.2.	Interposição	1157
2.12.3.	Cabimento	1158
2.12.4.	Processamento	1158
2.12.5.	Julgamento	1159
2.13.	Embargos de divergência	1160
2.13.1.	Noção.....	1160
2.13.2.	Interposição.....	1160
2.13.3.	Cabimento	1160
2.13.4.	Processamento	1161
2.13.5.	Julgamento	1161
2.14.	Agravo em execução.....	1161
2.14.1.	Noção.....	1161
2.14.2.	Interposição.....	1162
2.14.3.	Cabimento	1162
2.14.4.	Processamento	1163
2.14.5.	Julgamento	1164
2.15.	Reclamação contra a lista geral de jurados	1164
2.15.1.	Noção.....	1164
2.15.2.	Interposição.....	1164
2.15.3.	Cabimento	1164
2.15.4.	Processamento	1164
2.15.5.	Julgamento	1165
3.	Quadro Sinótico	1165
4.	Súmulas aplicáveis	1190
4.1.	STJ.....	1190
4.2.	STF	1190
5.	Informativos recentes.....	1192
5.1.	STJ.....	1192
5.2.	STF	1194
6.	Questões de concursos públicos.....	1197
7.	Gabarito Anotado	1199
8.	Questões para treinar (sem comentários)	1201
9.	Gabarito.....	1202

CAPÍTULO XV NULIDADES

1.	Nulidades processuais em geral	1203
1.1.	Introdução	1203
1.1.1.	Noção de nulidade.....	1203
1.1.2.	Sistemas de nulidades: rol exemplificativo X rol taxativo	1204
1.1.3.	Fundamento constitucional.....	1206
1.1.4.	Tipicidade e atipicidade do ato processual.....	1207
1.1.5.	Elementos e formalidades do ato processual penal	1208
1.1.6.	Confronto doutrinário	1209
1.2.	Classificações das nulidades.....	1210
1.2.1.	Influência do direito privado	1210
1.2.2.	Fundamento das classificações.....	1210
1.2.3.	Divergências na terminologia classificatória.....	1210
1.2.4.	Doutrina clássica X nova doutrina das nulidades processuais	1210
1.2.5.	Vantagens e desvantagens da adoção de uma classificação.....	1211

1.2.6.	Relativização das nulidades processuais.....	1212
1.2.7.	Classificações na doutrina	1213
1.3.	Princípios informativos das nulidades	1216
2.	Inexistência dos atos processuais	1220
3.	Nulidades absolutas e relativas	1221
3.1.	A arguição de nulidade.....	1221
3.2.	Efeitos.....	1224
4.	Hipóteses passíveis de reconhecimento judicial de nulidade.....	1224
4.1.	Falta ou deficiência de defesa	1225
4.2.	Ilegitimidade da parte	1227
4.3.	Incompetência do juízo	1230
4.4.	Incompatibilidade, impedimento, suspeição ou suborno do juiz.....	1232
4.5.	Inexistência ou defeito de peça acusatória ou de representação	1234
4.6.	Ausência de intervenção do Ministério Público	1236
4.7.	Ausência ou defeito de citação e do interrogatório do réu	1237
4.8.	Sentença de pronúncia e libelo-crime acusatório (revogado) defeituosos.	1239
4.9.	Não-intimação do réu da data de julgamento pelo júri.....	1240
4.10.	Presença de pelo menos quinze jurados para o júri.....	1241
4.11.	Concessão de prazos processuais.....	1242
4.12.	Falta de intimação de testemunhas	1244
4.13.	Falta de exame de corpo de delito nos crimes que deixam vestígios.....	1246
4.14.	Irregularidade no sorteio e incomunicabilidade dos jurados	1247
4.15.	Defeito ou contradição na quesitação e nas respectivas respostas no júri	1248
4.16.	Irregularidades surgidas nos debates perante o tribunal popular	1249
4.17.	Vícios na sentença	1250
4.18.	Descumprimento de disposição que preconiza reexame necessário	1254
4.19.	Falta ou irregularidade na intimação de atos processuais	1255
4.20.	Descumprimento do quorum legal de julgamento nos tribunais.....	1256
4.21.	Omissão de formalidade essencial de ato processual.....	1257
4.22.	Nulidades no inquérito policial.....	1258
4.22.1.	Divergência doutrinária	1258
4.22.2.	Jurisprudência.....	1258
5.	Reconhecimento judicial da nulidade e saneamento do ato processual penal.....	1259
6.	Quadro Sinótico	1260
7.	Súmulas aplicáveis	1272
7.1.	STF	1272
8.	Informativos recentes.....	1272
8.1.	STJ.....	1272
8.2.	STF	1274
9.	Questões de concursos públicos.....	1276
10.	Gabarito Anotado	1278
11.	Questões para treinar (sem comentários).....	1280
12.	Gabarito.....	1281

CAPÍTULO XVI

AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO

1.	De ordem geral	1283
2.	Habeas corpus	1284
2.1.	Fundamentos.....	1284
2.2.	Natureza jurídica	1285

2.3.	Cabimento	1286
2.3.1.	Violação à liberdade de ir e vir	1286
2.3.2.	Habeas corpus preventivo, repressivo e suspensivo	1290
2.3.3.	Crime com pena privativa de liberdade	1291
2.3.4.	Transgressão disciplinar	1292
2.4.	Processamento e julgamento	1294
2.4.1.	Competência	1294
2.4.2.	Legitimidade ativa e passiva	1297
2.4.3.	Forma de propositura	1298
2.4.4.	Rito processual	1299
2.4.5.	Julgamento	1302
2.4.6.	Trancamento do inquérito, do processo ou do termo circunstanciado de ocorrência	1303
2.4.7.	Habeas corpus ex officio, liberdade provisória e relaxamento de prisão	1304
2.4.8.	Recursos em habeas corpus e habeas corpus substitutivo	1305
3.	Mandado de Segurança	1307
3.1.	Fundamentos	1307
3.2.	Cabimento	1308
3.3.	Processamento e julgamento	1311
3.3.1.	Competência	1311
3.3.2.	Legitimidade ativa e passiva	1312
3.3.3.	Procedimento do mandado de segurança	1315
3.3.4.	Julgamento	1317
3.4.	Mandado de segurança coletivo	1318
4.	Revisão Criminal	1320
4.1.	Fundamentos	1320
4.2.	Cabimento	1321
4.3.	Processamento e julgamento	1322
4.3.1.	Competência	1322
4.3.2.	Legitimidade ad causam	1323
4.3.3.	Propositura	1324
4.3.4.	Rito da revisão criminal	1325
4.3.5.	Julgamento e indenização	1326
5.	Quadro Sinótico	1328
6.	Súmulas aplicáveis	1341
6.1.	STJ	1341
6.2.	STF	1341
7.	Informativos recentes	1342
7.1.	STJ	1342
7.2.	STF	1345
8.	Questões de concursos públicos	1348
9.	Gabarito Anotado	1351
10.	Questões para treinar (sem comentários)	1353
11.	Gabarito	1355

CAPÍTULO XVII

DISPOSIÇÕES GERAIS DO CPP

1.	Audiências e sessões	1357
2.	Publicidade	1358
3.	Poder de polícia do juiz	1358

4.	Prazos	1359
4.1.	Prazos penais X prazos processuais	1359
4.2.	Fluência dos prazos processuais.....	1360
4.3.	Prazos processuais em espécie.....	1362
4.4.	Princípios informadores da disciplina dos prazos processuais	1364
5.	Retirada de autos.....	1365
6.	Custas processuais.....	1366
7.	Substituição do escrivão/diretor de secretaria.....	1367
8.	Estatística judiciária criminal	1368
9.	Quadro sinótico	1369
10.	Súmulas Aplicáveis.....	1371
10.1.	STJ.....	1371
10.2.	STF.....	1371
11.	Informativos recentes.....	1371
11.1.	STF.....	1371
11.2.	STJ.....	1372
12.	Questões de concursos públicos	1373
13.	Gabarito Anotado	1374

CAPÍTULO XVIII

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL

1.	Sistema internacional de persecução criminal	1375
2.	Jurisdição e competência.....	1377
2.1.	Competência material irretroativa	1377
2.2.	Atuação da jurisdição do Tribunal Penal Internacional	1378
2.3.	Princípios informadores da jurisdição e da competência do Tribunal Penal Internacional	1379
3.	Princípios informadores do Direito Penal e do Processo Penal Internacional	1381
4.	Inquérito	1383
5.	Procedimento criminal	1383
5.1.	Juízo de Instrução	1383
5.2.	Juízo de Julgamento	1385
5.3.	Juízo de Recursos.....	1387
6.	Execução da pena	1388
7.	Quadro sinótico	1389
8.	Informativos recentes.....	1392
8.1.	STF.....	1392
9.	Questões de concursos públicos.....	1393
10.	Gabarito Anotado	1394

CAPÍTULO XIX

EXECUÇÃO PENAL

1.	Considerações gerais	1395
1.1.	Noção	1395
1.2.	Natureza jurídica da execução penal.....	1396
1.3.	Autonomia do processo executivo penal	1397
2.	Requisitos da execução penal	1398
3.	Objetivos da execução penal	1398

4.	Princípios e garantias da execução penal	1399
4.1.	Devido processo legal	1399
4.2.	Juízo competente	1399
4.3.	Individualização da pena	1401
4.4.	Personalização da pena	1401
4.5.	Legalidade e irretroatividade da lei	1402
4.6.	Contraditório e ampla defesa	1403
4.7.	Direito à prova	1404
4.8.	Isonomia	1404
4.9.	Direito a não autoincriminação	1404
4.10.	Reeducação	1405
4.11.	Duplo grau de jurisdição	1405
4.12.	Humanização	1405
4.13.	Cooperação comunitária	1406
4.14.	Oficialidade	1406
4.15.	Publicidade	1406
4.16.	Aplicação ao preso provisório	1407
4.17.	Motivação das decisões	1407
5.	Órgãos da execução penal	1407
6.	Estabelecimentos para cumprimento de pena	1411
6.1.	Definição do estabelecimento	1411
6.2.	Penitenciária	1412
6.3.	Colônia agrícola, industrial ou similar	1412
6.4.	Casa do Albergado	1412
6.5.	Centro de Observação	1413
6.6.	Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico	1414
6.7.	Cadeia pública	1414
7.	Jurisdição e competência da execução penal	1414
8.	Restrição de direitos na execução da pena	1415
8.1.	Deveres	1415
8.2.	Direitos	1415
8.3.	Direitos políticos	1417
8.4.	Visita	1417
8.5.	Comunicação	1417
8.6.	Assistência	1417
8.6.1.	Assistência material	1418
8.6.2.	Assistência à saúde	1418
8.6.3.	Assistência jurídica	1418
8.6.4.	Assistência educacional	1418
8.6.5.	Assistência social	1418
8.6.6.	Assistência religiosa	1419
8.6.7.	Assistência ao egresso	1419
8.7.	Trabalho	1419
8.8.	Faltas disciplinares	1421
8.8.1.	Espécies	1422
8.8.2.	Apuração, defesa técnica e aplicação	1423
8.9.	Regime Disciplinar Diferenciado	1424
8.10.	Sanções	1425
8.11.	Recompensas	1425
9.	Intervenção do Ministério Público na execução penal	1425

10.	Processo de execução penal	1426
10.1.	Penas privativas de liberdade	1426
10.2.	Penas restritivas de direito	1427
10.3.	Pena de multa	1429
10.4.	Medida de segurança	1432
10.5.	Prisão albergue domiciliar	1435
10.6.	Procedimento da execução penal	1435
10.6.1.	Iniciativa	1435
10.6.2.	Guia de execução penal	1435
10.6.3.	Processamento	1436
10.7.	Execução provisória da pena	1437
10.8.	Regressão de regime	1439
10.8.1.	Regressão cautelar	1439
10.9.	Progressão de regime	1440
10.9.1.	Requisitos	1440
10.9.2.	Progressão por salto	1442
10.10.	Incidentes e conversões	1443
10.10.1.	Doença mental superveniente	1444
10.10.2.	Desvio e excesso de execução	1445
10.10.3.	Anistia e indulto	1445
10.11.	Remição	1447
10.12.	Detração penal	1450
10.13.	Autorizações de saída	1450
10.14.	Livramento condicional	1452
10.15.	Monitoração eletrônica	1455
10.16.	Suspensão condicional da pena	1457
10.17.	Meios de impugnação	1459
10.17.1.	Recursos	1459
10.17.2.	Ações autônomas de impugnação	1459
10.18.	Extinção de punibilidade pelo cumprimento da pena	1459
11.	Tecnologia aplicada à execução penal – Lei nº 12.714/2012	1460
12.	Quadro Sinótico	1463
13.	Súmulas aplicáveis	1474
13.1.	STJ	1474
13.2.	STF	1475
14.	Informativos recentes	1475
14.1.	STJ	1475
14.1.1.	Saída temporária	1475
14.1.2.	Detração penal	1476
14.1.3.	Falta grave	1477
14.1.4.	Trabalho externo	1477
14.1.5.	Programas de recuperação	1478
14.1.6.	Progressão de regime	1478
14.1.7.	Regime de cumprimento de pena	1480
14.1.8.	Remição	1480
14.1.9.	Substituição da pena	1480
14.1.10.	Outros temas	1481
14.2.	STF	1481
14.2.1.	Falta grave	1481
14.2.2.	Execução provisória da pena	1482

14.2.3. Remição	1483
14.2.4. Regime de cumprimento da pena	1483
14.2.5. Progressão de regime	1484
14.2.6. Outros temas	1484
15. Questões de concursos públicos.....	1487
16. Gabarito anotado	1492
17. Questões para treinar (sem comentários).....	1494
18. Gabarito.....	1497

BIBLIOGRAFIA.....	1499
--------------------------	-------------